



Reprodução & Climatério

<http://www.sbrh.org.br/revista>



Artigo de revisão

Estudo comparativo das regulamentações de reprodução assistida e das leis de abortamento de Brasil, Alemanha, Colômbia e França



Anna Paula Almeida Frank, Camila Almeida Rossi, Thaís dos Santos Vitorino, Patrícia de Azambuja e Maria Leticia Firpe Penna*

Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Fundação Mineira de Educação e Cultura, Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Belo Horizonte, MG, Brasil

INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO

Histórico do artigo:

Recebido em 30 de maio de 2014

Aceito em 28 de junho de 2015

On-line em 15 de setembro de 2015

Palavras-chave:

Técnicas reprodutivas

Legislação

Regulamentação

Aborto

R E S U M O

Objetivo: Descrever as regulamentações de Reprodução Humana Assistida (RHA) e as leis de abortamento do Brasil, Alemanha, Colômbia e França.

Método: Foi feito estudo qualitativo transversal das regulamentações referentes à reprodução humana assistida e ao abortamento no Brasil, na Colômbia, Alemanha e França entre agosto de 2014 e março de 2015.

Resultados: Para a RHA o Brasil tem a resolução do Conselho Federal de Medicina 2.013/2013, a Colômbia o decreto 1.546/1998 para a doação de gametas, a Alemanha e França leis específicas. Em relação à lei do abortamento, os quatro países têm leis específicas.

Conclusão: Considerando todas as regulamentações de RHA e leis de abortamento, verificamos que os países encontram-se em situações distintas em relação à RHA e que todos têm leis específicas para o abortamento.

© 2015 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana.

Comparative study of regulations of assisted reproduction and abortion laws between Brazil, Germany, Colombia and France

A B S T R A C T

Objective: This study aims to describe the regulations of Assisted Human Reproduction (AHR) and the abortion laws of Brazil, Germany, Colombia and France.

Method: A cross-sectional qualitative study of regulations relating to assisted human reproduction and abortion in Brazil, Colombia, Germany and France between August 2014 and March 2015.

Results: For the AHR Brazil has the resolution of the Federal Council of Medicine 2013/2013, Colombia has the 1546/1998 decree for the donation of gametes, Germany and France have specific laws. Regarding the abortion law, the four countries have specific laws.

Keywords:

Reproductive techniques

Legislation

Regulation

Abortion

* Autor para correspondência.

E-mail: mpenna@fumec.br (M.L.F. Penna).

<http://dx.doi.org/10.1016/j.recli.2015.06.003>

1413-2087/© 2015 Publicado por Elsevier Editora Ltda. em nome da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana.

Conclusion: Considering all the regulations of AHR and abortion laws, we found that these countries are in different situations regarding the AHR and that they all have specific laws for abortion.

© 2015 Published by Elsevier Editora Ltda. on behalf of Sociedade Brasileira de Reprodução Humana.

Introdução

O planejamento familiar é um conjunto de ações de regulação da fecundidade que garante direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal, segundo a Constituição Federal e a Lei 9.263, de 1996.¹ Entretanto, muitos casais não conseguem ter filhos e recorrem aos serviços de Reprodução Humana Assistida (RHA). No extremo oposto, há uma grande incidência de gravidezes indesejadas, seja por falta do planejamento ou como consequência de violência sexual, que podem levar as mulheres a provocar um abortamento.

Em 25 de junho de 1978, na Inglaterra, nasceu Louise Brown, o primeiro bebê gerado por fertilização *in vitro*.² Desde então, as técnicas de RHA têm avançado muito em todo o mundo. Junto com esses avanços vários países começaram a propor regulamentações que estabelecem o que é permitido fazer em relação à RHA.

No Brasil não há legislação federal para RHA. A ausência de regulamentação deixa diversas lacunas na execução dessas técnicas. Com a pretensão de sanar essas lacunas jurídicas, o Conselho Federal de Medicina (CFM) criou a regulamentação 2.013/2013, que define como as técnicas de RHA podem ser empregadas.³

O abortamento é um tema polêmico e um sério problema de saúde pública mundial, responsável pela manutenção das altas taxas de mortalidade materna em muitos países em desenvolvimento.⁴

No Brasil o abortamento é regulamentado pelo decreto Lei 2.848/40, artigo 128 do Código Penal.⁵ Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 e decidiu que não há crime na interrupção da gestação de fetos anencefálicos.^{6,7}

Na Colômbia há o Decreto 1.546/1998, que regulamenta a doação de gametas,⁸ e a Sentencia C-355 de 2006 da Corte Constitucional da República, que legisla sobre o abortamento.⁹ Na Alemanha há a Embryo Protection Act, de dezembro de 1990, para as técnicas de RHA,¹⁰ e a Lei de Abortamento, de 1995.¹¹

Na França há no Código Penal o Statute n° 800, de 2004, para as técnicas de RHA¹² e a Loi n° 75-17 du 17 janvier 1975 relative à l'interruption volontaire de la grossesse, a lei de interrupção da gravidez.¹³ Este estudo visa a descrever as regulamentações de RHA e as leis de abortamento de Brasil, Alemanha, Colômbia e França.

Método

Foi feito estudo qualitativo transversal das regulamentações referentes à RHA e ao abortamento em Brasil, Colômbia,

Alemanha e França e essas regulamentações foram comparadas entre si. O levantamento de dados ocorreu entre agosto de 2014 e março de 2015. Foram escolhidos para estudo dois países sul-americanos, Brasil e Colômbia, e dois países europeus, Alemanha e França, que têm diferentes práticas e regulamentações de RHA e abortamento.

A pesquisa foi feita por meio da busca de informações nas regulamentações dos conselhos de medicina, ministérios da Saúde e da Justiça e dos governos de cada país, com a finalidade de obter informações fidedignas.

Resultados e discussão

Brasil - Reprodução assistida

No Brasil não há legislação governamental para RHA, regulamentada pela resolução do CFM 2.013/2013.³ Devido à falta de legislação de RHA no Brasil, foi criada inicialmente a resolução CFM 1.358/1992 para normatização dos serviços.¹⁴ Ao longo do tempo as técnicas de RHA foram aprimoradas, juntamente com as mudanças sociais e culturais da população. Houve, assim, a necessidade de adequar a normatização dos serviços pelo CFM, que publicou nova resolução, 1.957/2010.¹⁵ Novos avanços exigiram a atualização da normatização da RHA descritas na resolução vigente CFM 2.013/2013.³

De acordo com essa resolução, são permitidas a fecundação homóloga e a heteróloga. Porém, em casos de fecundação heteróloga, a doação deve ser anônima. O anonimato pode ser desfeito apenas em casos de necessidade médica, quando os dados do doador devem ser fornecidos exclusivamente para o médico e o doador tem total direito de recusar a quebra do anonimato, independentemente da situação.¹⁶ A resolução especifica também que é permitido o uso de útero de substituição entre pessoas com parentesco de até quarto grau, com idade máxima de 50 anos.³

A seleção de embriões é permitida no Brasil, assim como o diagnóstico pré-implantação (PGD). As técnicas de seleção de embriões e o PGD em conjunto permitem verificar se o embrião é portador de alguma alteração genética que possa provocar o aparecimento de doenças. É permitida a criopreservação de óvulos, espermatozoides, embriões e tecidos gonadais.

A criopreservação só poderá ocorrer com consentimento livre e esclarecido assinado pelos envolvidos e nele deve constar o destino dos embriões em situações especiais, como o falecimento de um ou de ambos os genitores, divórcio e doença grave de um deles. Depois de cinco anos de criopreservação os embriões poderão ser descartados se for o desejo do(s) paciente(s).³

A idade máxima para a mulher ser submetida às técnicas de RHA é de 50 anos. No caso de decisão do número de

Download English Version:

<https://daneshyari.com/en/article/3969839>

Download Persian Version:

<https://daneshyari.com/article/3969839>

[Daneshyari.com](https://daneshyari.com)